

# Ex-territórios querem carona

Carlos Moura/CB/D.A Press



Alberto Fraga, Marconi Perillo, Arruda e Sarney durante reunião ontem no Senado: projeto pode ser votado ainda nesta semana

Para aprovar sem alterações no Senado projeto que cria plano de cargos e salários da PM do DF, bancadas costuram acordo com a União para estender benefícios a Amapá, Roraima, Rondônia e Acre

» LILIAN TAHAN

**D**e olho no benefício que os militares do Distrito Federal estão prestes a conquistar com a aprovação do Plano de Cargos e Salários do DF, representantes dos ex-territórios brasileiros se mobilizam para estender as melhorias às carreiras no Amapá, em Roraima, Rondônia e no Acre. Durante a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 5.664 na Câmara dos Deputados, parlamentares que representam esses estados tentaram incluir a vantagem para os seus sob a forma de emenda. Não conseguiram. Agora que o texto está no Senado, reacendeu a mobilização pró ex-territórios, capitaneada pelo presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP).

Em reunião ocorrida ontem, na qual participaram Sarney, o ministro da Relações Institucionais do governo federal, Alexandre Padilha, o governador do DF, José Roberto Arruda (DEM), além de representantes da bancada de deputados e senadores da capital, foi costurado um acordo que agradou os interlocutores dos ex-territórios e deve livrar a tramitação do PL nº 5.664 de atrasos.

O presidente do Senado — que representa um dos quatro estados cuja autonomia foi concedida na Assembleia Constituinte de 1988 — aceitou votar o plano de interesse do DF sem propor a emenda para contemplar as corporações dos ex-territórios desde que o governo federal (autor do projeto dos policiais militares do DF) aceitasse elaborar projeto que cria gratificações para as corporações no Acre, Roraima, Rondônia e Amapá e que a bancada de parlamentares do

DF apoie a iniciativa.

“O ministro Padilha saiu da reunião com a missão oficial de convencer o governo a elaborar esse projeto e nós não vamos criar dificuldades para sua tramitação. Foi uma forma de garantir o acordo”, afirmou o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB), um dos presentes à reunião.

O relator do projeto no Senado, Gim Argello (PTB-DF), confirmou que há consenso para a aprovação do PL que beneficia os PMs. Segundo prevê o parlamentar, a votação deve ocorrer nos próximos dias, com chances, inclusive, de entrar na pauta de hoje. “Só dependemos de quórum e da votação de três MPs (medidas provisórias) que estão trancando a pauta. Quanto ao mérito do projeto, não há ressalvas”, disse.

O governador Arruda também acredita que o processo será finalizado no Congresso em breve. “Senti um clima de boa vontade do presidente Sarney e do relator para o desfecho mais rápido possível do projeto, que já está atrasado em três meses”, cobrou.

EXTRA

R\$ 1.000

é o valor a que chegará a Gratificação por Risco de Vida (GRV) em 2014

## » A proposta

Conheça alguns dos benefícios que os PMs terão acesso com a aprovação do plano de cargos e salários

- » Gratificação por Risco de Vida (GRV). O benefício chegará a R\$ 1 mil em 2014, mas começa a ser pago gradualmente desde 2009, quando o valor incorporado será de R\$ 250. No ano que vem, a quantia sobe para R\$ 400. Em 2011, atinge R\$ 550, até chegar ao teto em cinco anos.
- » Pagamento da GRV para inativos e aos pensionistas.
- » Promoções por critérios de antiguidade, merecimento, ato de bravura e post mortem. Serão estabelecidos limites de quantidade e de antiguidade para definir a faixa dos policiais militares que concorrerão às promoções.
- » Entre os requisitos para o oficial ser promovido por merecimento estão: eficiência, capacidade de liderança, iniciativa, presteza de decisões. Também será avaliado o resultado dos cursos de aperfeiçoamento.
- » Exigência de curso superior para ingresso na carreira militar.
- » Reintegração de policiais militares que ficaram inválidos no exercício da profissão. Os PMs serão reincorporados em atividades administrativas mediante a aprovação de uma junta médica.
- » Autorização para o governo antecipar o pagamento das gratificações por risco de vida — cujas parcelas estão diluídas em seis anos —, desde que haja margem de recursos do Fundo Constitucional.
- » Dispensa de concurso interno para a promoção a cabo ou sargento. A partir de agora, um dos critérios para se alcançar essas patentes será o da antiguidade.

## » Para saber mais

### Verbas da União

Da mesma forma como ocorre atualmente com o Distrito Federal, uma parte do orçamento das carreiras de saúde, educação e segurança nos ex-territórios é financiada com recursos da União. Isso ocorre porque antes de se tornarem estados emancipados, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá dependiam financeiramente do governo federal. Quando um ex-território é emancipado, a despesa de pessoal passa a ser de obrigação das administrações estaduais. Mas isso só ocorre no caso dos profissionais que ingressam após o prazo de uma década.

Os salários dos servidores mais antigos continuam na conta da União e só passam a recair sobre os cofres dos ex-territórios quando esses funcionários se aposentam. Os ex-territórios costumam traçar um paralelo com o Distrito Federal, que também recebe dinheiro do Fundo Constitucional, abastecido com recursos federais. Assim, toda vez que tramita um projeto para melhorar as carreiras cujos contracheques passam pelo Fundo Constitucional, Amapá, Roraima, Rondônia e Acre sentem-se no direito de estender os benefícios para seus servidores. (LT)